

Plano imobiliário fixa cronograma e estabelece prioridade de obras



Mudanças administrativas

A estrutura organizacional do TRT paranaense foi modificada, com a divisão de atribuições da SA.

▶ PÁGINA 6

Coleprecor em Curitiba

O Colégio dos Presidentes e Corregedores fará uma reunião em Curitiba, 17 e 18 de junho.

▶ PÁGINA 15

▶ Grupo apoiará execução

p. 03

▶ Direito Eletrônico

p. 05

▶ Centro de Memória

p. 16

▶ E-gestão é remodelado

p. 16

Dia Internacional da Mulher

As trabalhadoras prestadoras de serviços do Tribunal Regional do Trabalho da Nona Região participaram de um curso de automaquiagem e maquiagem corretiva, na sede do Tribunal, em Curitiba, na programação de homenagens pelo Dia Internacional da Mulher.

Tiveram a oportunidade de obter conhecimentos para ressaltar a beleza existente em cada uma e refletir a satisfação pessoal, que é o princípio ativo no exercício de toda atividade laboral.

O curso, organizado pela Comissão de Responsabilidade Social, com apoio de *O Boticário* e *Stylo Hair Institute*, foi documentado em vídeo e poderá ser encaminhado, em DVDs, para as prestadoras de serviços do TRT que atuam em outras cidades.



A maquiadora Nara Tatiana Rippl ministrou o curso de automaquiagem e maquiagem corretiva, promovido pela Responsabilidade Socioambiental e Econômica do TRT



As trabalhadoras que prestam serviços ao TRT-PR realizaram atividades práticas voltadas à melhoria da imagem pessoal e da autoestima

Expediente

Informativo NONA

Publicação do TRT do Paraná

Presidente:

Desembargador Ney José de Freitas

Vice-Presidente:

Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão

Corregedor Regional:

Desembargador Arnor Lima Neto

Diretor-Geral:

Eduardo Silveira Rocha

Secretária-Geral da Presidência:

Rosana de Lurdes Mendes

Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seção Especializada:

Ana Cristina Navarro Lins

Assessor de Comunicação Social e

Jornalista Responsável:

Gladimir Nascimento

Assessora de Imprensa:

Flaviane Galafassi

Redação:

Flaviane Galafassi, Gladimir Nascimento, Irene Pioker, Nelson Copruchinski, Luiz Munhoz e Rossana Tuoto

Fotografia:

Inara Passos, Gisele Brisk (Amatra IX), Luiz Munhoz, Thyrsa Wolk e arquivo do TRT-PR

Revisão:

César Caldas, Rose Montes e Rossana Tuoto

Projeto gráfico:

Joel Alexandre Gogola

Tiragem:

500 exemplares

Impressão:

Gráfica Radial Ltda

Sugestões e opiniões para o NONA:

*Assessoria de Comunicação Social do TRT
Av. Vicente Machado, 147 - 6º andar - Curitiba-PR
Fone: 41 3310-7309 - Fone/Fax: 41 3310-7171
ascom@trt9.jus.br*

Missão do TRT-PR

"Solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com qualidade, agilidade, uso responsável dos recursos e respeito ao cidadão".

Visão do TRT-PR

"Ser reconhecido como referencial de qualidade e agilidade na prestação jurisdicional trabalhista"

ENTREVISTA: CORREGEDOR REGIONAL ARNOR LIMA NETO

Lançados grupo de apoio à execução e ato de designação de juízes substitutos

Nessa entrevista, o Corregedor regional, desembargador Arnor Lima Neto, anuncia a criação de um fórum de discussão, para difundir as melhores práticas identificadas nas Varas do Trabalho, a constituição de um grupo de apoio à execução e o novo Ato de Designação dos Juízes Substitutos.

NONA - No que consiste o Grupo de Apoio à execução?

DES. ARNOR - Trata-se de uma iniciativa voltada à abordagem da execução trabalhista, um dos pontos críticos da Justiça do Trabalho. Alguns tribunais regionais do trabalho vêm implantando grupos de apoio para, entre outras finalidades, auxiliar as varas do trabalho a diminuir o acervo da execução, com resultados muito bons, como é o caso do TRT da 15ª Região. Vale destacar que uma das metas do CNJ para cumprimento em 2010 consiste justamente na redução do estoque de autos em fase de execução. Daí a oportunidade e a necessidade de criar um grupo que, em um primeiro momento, irá atuar nas Varas de Curitiba e, futuramente, também em unidades do interior. Basicamente, a finalidade do Grupo de Apoio à Execução é a de conscientizar juízes e funcionários de que a execução merece toda a nossa atenção e de que é possível reduzir o acervo de processos desta natureza. Assim, o Grupo irá disseminar condutas e boas práticas pesquisadas no nosso e em outros Tribunais Regionais, bem como as verificadas ao longo do desenvolvimento de suas atividades, e auxiliará as unidades no treinamento dos servidores.

NONA - E o que prevê o Ato de Designação de Juízes Substitutos?

DES. ARNOR - Recentemente, o CNJ abriu consulta pública sobre a normatização da designação de juízes substitutos. Além disso, com o quadro de juízes substitutos quase completo, seja por conta do último concurso público, seja em razão da remoção de três juízes substitutos, tornou-se necessária a revisão do sistema de fixação desses magistrados nas varas do trabalho. Assim, como resultado de um processo que iniciou com estudos da jurisdição e dos dados estatísticos e a participação da AMATRA IX, foi publicado o Ato 0001/2010, que revogou os Atos 001/2008 e 001/2009 e passou a regular o sistema de designação de juízes substitutos, com base na conveniência do serviço e no interesse da Administração. Foram previstos três regimes, a saber: a) auxílio, em caráter permanente, nas unidades judiciárias que apresentam maior movimentação processual; b) auxílio, em caráter temporário, nos casos de execução de programas ou projetos específicos, bem

como de aumento extraordinário de serviços na vara do trabalho, e c) substituição, em caráter temporário, quando do afastamento dos juízes titulares.

NONA - Nas visitas às varas o Sr. certamente vai encontrar muitos casos positivos, ações relevantes. O Sr. imagina um jeito de as varas compartilharem essas melhores práticas?

DES. ARNOR - Sim, essa é certamente uma das nossas preocupações, ou seja, a de realçar as experiências positivas, não só do juiz que preside a vara, mas também dos seus servidores. Para isso, criamos na Intranet um fórum de discussão. Os juízes poderão acessá-lo com suas senhas e colher das diferentes varas as boas experiências que possam colocar em prática. No futuro, pretendemos estender esse acesso também aos servidores.

Esse espaço será o foro adequado para colocar em debate essas idéias e propostas. Quando houver uma manifestação no fórum, o juiz imediatamente receberá, pelo email que indicou, a notícia de que a discussão está se desenvolvendo, e poderá participar do debate. O que serve para uma determinada vara ou região pode não servir para outra, mas o debate permitirá aperfeiçoamento, anexação de outras ideias, e, ao final, se entendermos uma iniciativa como adequada, ela passará a ser uma proposta de procedimento generalizado para todas as varas.

Claro que continuaremos também com a anotação nas atas das correições, porém, como se sabe, as atas não produzem o efeito desejado em relação às outras varas, aos outros juízes. São quase que de exclusiva discussão da vara que sofreu a correição, o efeito replicador é muito pequeno.

NONA - Qual é a principal orientação da Corregedoria para as varas? Qual é o ponto central da Corregedoria?

DES. ARNOR - O principal trabalho que se faz nas correições é a verificação da eficiência do atendimento da unidade. Hoje, a ênfase está na celeridade processual, como, de resto, sempre foi, mas agora principalmente na fase da execução do processo. A Corregedoria, atendendo à orientação da Corregedoria Geral e do CNJ, terá uma atuação bastante forte nesse ponto, conjugando-se a fase de cognição e a execução da sentença.

O foco está sem dúvida alguma centrado na discussão, com os juízes, de como realizar as metas que foram estabelecidas pelo CNJ e Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, inclusive as de julgamento de todos os processos ajuizados até 2007 e de redução do número de processos em execução e em julgamento, enfim com o cumprimento da ordem constitucional de um processo o mais célere possível.

Inaugurados os novos Plenários da Seção Especializada e Turmas

Foram inaugurados no dia 1º de março os plenários da Seção Especializada e das Turmas do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. O plenário destinado às sessões de julgamento da Seção Especializada recebeu o nome do primeiro presidente do TRT-PR, na década de 1970, juiz Alcides Nunes Guimarães.

O presidente do Tribunal, desembargador Ney José de Freitas, ressaltou que a Justiça do Trabalho do Paraná está empenhada em resgatar e preservar sua memória histórica, o que amplia o significado da homenagem a Alcides Nunes Guimarães. O áudio da sessão de instalação do Tribunal, presidida por ele, em 1976, foi restaurado e editado pelo Projeto Memória, no início desse ano. O desembargador enfatizou a importância da figura dos plenários na Justiça, assinalando que é neles que se entrega a jurisdição. "É no plenário que surge o que é legítimo, o que é legal, o que é bom", sem arrogância ou luxo, sob uma concepção que transparece a sobriedade, disse Ney José de Freitas.

Alcides Nunes Guimarães nasceu em São Borja, Rio Grande do Sul, e formou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atuou no Ministério Público do Trabalho e foi empossado no cargo de juiz da Justiça do Trabalho em 1976, pelo quinto constitucional, tendo sido designado pelo Tribunal Superior do Trabalho para instalar e organizar a Nona Região. Ele a presidiu até 1978.

O juiz morreu em 1980. O filho dele, Alcides Guimarães Filho, servidor do TRT-PR, participou da inauguração e comentou que estava emocionado com a homenagem, juntamente com toda a família. "Meu pai - disse ele - representou um dos pilares do que o Tribunal é hoje. Acho que é uma homenagem justa, que me deixou sensibilizado." Nos anos 70, quando o Tribunal paranaense ainda estava nos primeiros anos de funcionamento, lembrou Alcides Guimarães Filho, "havia poucos funcionários, poucos juízes, o TRT parecia uma família."

Também foram inauguradas as novas instalações dos plenários das Turmas de julgamento. O conjunto de plenários foi transferido para o prédio histórico em que se encontra o Tribunal, na Rua Carlos de Carvalho, esquina com Visconde do Rio Branco, em Curitiba. O presidente da Seção Especializada, desembargador Dirceu Buyz Pinto Junior, e a desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista desenlaçaram da fita inaugural dos plenários das turmas.

Na mesma cerimônia, o juiz Lauremi Camaroski, que foi presidente do TRT da 9ª Região no período de 2002 e 2003, recebeu, dos desembargadores Dirceu Buyz Pinto Junior e Eneida Cornel, como sinal de reconhecimento, a toga que envergou nos anos de atuação na Justiça do Trabalho paranaense.



Palestra lança o IV Congresso Internacional de Direito Eletrônico

Uma palestra do professor José Carlos de Almeida Araújo Filho, mestre em Direito pela Universidade Gama Filho (RJ) e presidente do Instituto Brasileiro de Direito Eletrônico (IBDE), lançou oficialmente o IV Congresso Internacional de Direito Eletrônico, que será realizado de 3 a 5 de novembro no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, em Curitiba. No dia 18 de março, o professor José Carlos falou sobre “As Implicações do Processo Eletrônico na Rotina Judiciária”, no Plenário Pedro Ribeiro Tavares, local escolhido para as conferências principais do Congresso.

O Termo de Parceria entre o Tribunal e o IBDE para a realização do Congresso foi assinado pelo palestrante, pelo presidente do TRT-PR, desembargador Ney José de Freitas, e o presidente da Comissão de Informática do Tribunal e integrante da coordenação do Congresso, desembargador Sérgio Murilo Rodrigues Lemos.

“As implicações do processo eletrônico na rotina judiciária constituem matéria da qual os pensadores e operadores do Direito se ocupam com prioridade, a ponto de o Conselho Nacional de Justiça ter incluído, em 2009 e 2010, objetivos específicos para cumprimento pelos Tribunais de todas as vertentes do Poder Judiciário”, co-

mentou o desembargador Ney José de Freitas. Para ele, “o processo eletrônico é um caminho que não comporta retrocessos ou desistências”.

O professor José Carlos de Almeida Araújo Filho, autor da obra “Processo Eletrônico e Teoria Geral do Processo Eletrônico”, demonstrou a revolução da mídia no final do último século e a consequente “revolução no pensamento”. O futuro é digital, inclusive no Direito, disse ele.

Entre os assuntos a serem aprofundados durante o Congresso, em novembro, José Carlos incluiu a Lei 11.419 de 2006 (“Os Atos de Comunicação”) e questões dela advindas, como a inexistência de certificação de sites, o que faria surgir uma nova nulidade processual. Outro ponto que deverá ser muito debatido é a forma confiável a ser utilizada para a citação por meio eletrônico.

Na opinião do especialista, o ganho de tempo e a racionalização do processo eletrônico permitem a intensificação das relações humanas do Judiciário e a sociedade. Logo, “quanto mais tecnologia, mais humanizadas as relações ficam”.

Rossana Tuoto



Desembargador Ney José de Freitas, presidente do TRT do Paraná, assina o Termo de Parceria



Para o professor José Carlos de Almeida Araújo Filho, quanto mais tecnologia, mais humanizadas ficam as relações



O Plenário Pedro Ribeiro Tavares, onde foi realizada a palestra, será o local do congresso sobre Direito Eletrônico



Um grande número de magistrados e servidores compareceu para ouvir o professor José Carlos de Almeida Araújo Filho

TRT modifica a estrutura administrativa

O organograma do Tribunal Regional da 9ª Região foi modificado, para dar maior agilidade a setores estratégicos e racionalizar a estrutura administrativa, agora mais focada na realidade da demanda. A Secretaria Administrativa foi dividida e parte de suas atribuições originais foram para a nova Secretaria de Engenharia e Arquitetura. A Secretaria de Recursos Humanos também foi desdobrada em Secretaria de Pessoal e Secretaria de Gestão de Pessoas. A Secretaria de Execução Contábil, Orçamentária e Financeira foi ampliada, como Secretaria de Contabilidade de Orçamento e Finanças, além de contar com o aumento do quadro de funções, assim como aconteceu com a Ordenadoria da Despesa e a Assessoria de Licitações e Contratos. Também foi criado, no escopo da Secretaria Geral da Presidência, o Serviço de Cerimonial da Presidência, desmembrado da Assessoria de Comunicação Social, que volta a ser unificada com a Assessoria de Imprensa.

A adequação das funções prossegue, ainda, na Assessoria de Controle Interno, Secretaria da Corregedoria, Comissão da Responsabilidade Social, Biblioteca, Assessoria de Economia e Cálculo, Secretaria de Processo Judiciário, Secretaria do Tribunal Pleno, Ouvidoria e Secretaria de Precatórios. Na área judiciária, as funções de assistentes de juízes substitutos foram ampliadas de 59 para 86, e ficam vinculadas às varas do trabalho. Foi ampliado também o quadro de servidores nos gabinetes dos desembargadores e juízes convocados, acrescentando-se mais dez para completar os 28 necessários.

De acordo com o diretor geral, Eduardo Rocha, o Tribunal possui cerca de 20% dos servidores na área administrativa, que se divide em secretarias de apoio e de execução. Diagnosticou-se que as secretarias de execução estavam com acúmulo de atribuições, difíceis de gerenciar. A Secretaria Administrativa, por exemplo, tinha 99 servidores vinculados a ela, além de controlar os contratos terceirizados, que envolvem mais de 350 pessoas terceirizadas em todo o Paraná. “Isso tornava impossível



*Diretora da Secretaria de Engenharia e Arquitetura,
Cleuci Biembenguti da Silva*

que um diretor tivesse conhecimento de tudo o que estava acontecendo na esfera de sua responsabilidade”, diz o diretor geral. – “Não tínhamos rotinas de comunicação eficientes porque a responsabilidade era muito grande para poucas pessoas, então dividimos as principais secretarias.”

Engenharia - Todas as tarefas de engenharia saíram da Secretaria Administrativa, junto com a parte mais complexa das manutenções prediais. Essa divisão do trabalho permitiu controlar melhor as tarefas. A SA ainda ficou com uma estrutura consideravelmente grande, pois incorporou as atribuições do pessoal de segurança, mas diminuiu significativamente os problemas dos quais tem de cuidar, que historicamente são, em grande parcela, relacionados a obras, reformas e manutenção predial. “Com isso, os diretores de cada área conseguem um melhor domínio sobre os assuntos que estão sob a responsabilidade deles, e conseguem dar vazão melhor às demandas, uma resposta melhor”, disse Eduardo Rocha.

No caso dos recursos humanos, o diagnóstico era de que duas áreas distintas coexistiam na mesma secretaria, sem real afinidade nas atribuições: uma eminentemente burocrática, que trata do cadastro, pagamento, férias, da documentação do servidor, enfim, e outra que trata da saúde, da preparação da equipe. Agora o Tribunal tem uma secretaria de pessoal, equivalente aos departamentos de pessoal das empresas, e uma secretaria de gestão de pessoas.

Informática - Seria ideal dividir também o trabalho acumulado na Secretaria de Informática, reconhece o diretor geral, “mas ela tem um déficit de recursos humanos tão grande que não permite que o façamos. Embora a demanda seja monstruosa, a divisão criaria duas áreas desestruturadas para prestar o atendimento”. A opção foi dar prioridade ao encaminhamento do projeto de lei para ampliação do quadro de informática. Para atender ao que especificou o Conselho Nacional de Justiça, a Secretaria de Informática deveria ter 120 pessoas, e não as 48 que possui.



*Diretora da Secretaria Administrativa, Patrícia Aimée
Bruel Antonio*

 *Recorte essa página para ter à mão na hora de solicitar um serviço*

▶ Veja como solicitar corretamente os serviços para a sua unidade funcional

COMPETÊNCIAS

SECRETARIA ADMINISTRATIVA Ramal 7790

Planejar, coordenar, dirigir e executar as atividades relacionadas à administração de material e patrimônio; serviços de conservação de imóveis e adaptação de móveis, segurança e transporte.

SEC. DE ENGENHARIA E ARQUITETURA Ramal 7760

Planejar, coordenar, dirigir e executar as atividades relacionadas à administração e fiscalização de obras e serviços de engenharia. Desenvolvimento e adaptação de projetos e manutenção de equipamentos complexos.

SOLICITAÇÕES MAIS FREQUENTES

- Pedidos referentes a copa e zeladoria em geral.
- Fornecimento de materiais de consumo e permanentes.
- Serviços de segurança pessoal e patrimonial.
- Transportes.
- Sonorização.
- Telefonia.
- Manutenção de móveis e equipamentos em geral (exceto os expressamente incluídos na competência da Secretaria de Engenharia e Arquitetura).
- Conservação predial de rotina, como, por exemplo, troca de lâmpadas, pisos, revestimentos e paredes, portas e fechaduras, forros, hidráulica, elétrica, telhados e coberturas, janelas e vidros. Quando esses serviços exigirem análise técnica da engenharia e arquitetura, serão redirecionados pela SA para a SEA.

- Condicionadores, exaustores e insufladores de ar.
- Elevadores e plataforma elevatória.
- Geradores e transformadores de energia.
- Sistema de proteção contra descarga atmosférica.
- Bombas hidráulicas.

As demandas que não estiverem disponíveis no sistema de tarefas deverão ser solicitadas com justificativas para a Direção-Geral, por meio de Ofício, como por exemplo reforma e alteração de layout.

Tribunal publica política imobiliária

Cada unidade saberá o tipo e o prazo das obras previstas

Uma das maiores demandas das Varas do Trabalho, a informação sobre reformas, adaptações e ampliações dos edifícios, ou construção de novas sedes, agora ficará disponível no site do TRT-PR, para consulta pública. Isso se tornou possível após o levantamento da realidade imobiliária do Tribunal. Especialistas da Secretaria de Engenharia e Arquitetura concluíram o cadastro dos imóveis e detalharam as obras necessárias, das mais simples e corriqueiras às mais volumosas e complexas, e com isso a SEA pôde elaborar o cronograma de intervenções.

A Política Institucional Imobiliária foi definida após a avaliação da realidade de cada uma das instalações, considerando aspectos como estrutura, acessibilidade, segurança, rede elétrica, rede hidráulica, drenagem, impermeabilização e nível de conforto, além dos dados relativos à comunidade que utiliza cada um dos prédios: movimentação processual, fluxo de pessoas e projeção de crescimento. O resultado desse projeto está atualmente disponível para acesso na intranet, na área administrativa.

“Cada juiz, servidor, advogado trabalhista, cada cidadão interessado na Justiça do Trabalho paranaense, poderá saber com precisão quando será feita a obra que beneficiará cada Vara, em cada cidade”, disse o diretor geral do TRT, Eduardo Rocha. Para o presidente do Tribunal, desembargador Ney José de Freitas, isso deverá proporcionar aos interessados a tranquilidade de saber exatamente quando serão atendidas as demandas e para quais delas está sendo dada prioridade. “Se a obra foi planejada para maio, a pessoa saberá que não adianta aguardá-la para abril, mas também não precisa se preocupar porque não chegará o mês de ju-

nho sem que ela seja iniciada”, comentou o desembargador.

O Plano Imobiliário já está em execução. Dentro do planejamento, foi entregue, no dia 22 de março, a ampliação da Vara de Campo Mourão, que também foi reformada e adaptada para o acesso e o conforto das pessoas com deficiência.

De 22 a 27 de março, o presidente do TRT paranaense visitou obras e realizou reuniões sobre o Plano Imobiliário em Campo Mourão, Umuarama, Londrina, Cambé, Rolândia, Araçongas e Maringá. Neste ano, 20 imóveis sofrerão algum tipo de intervenção; para o ano que vem, será elaborado um novo cronograma. É um volume de obras considerável, disse o presidente, “porém o mais importante é que elas não serão feitas ao acaso ou determinadas por pressões, mas sim de acordo com o planejamento, que leva em conta o que é prioritário.” O objetivo da Política Institucional Imobiliária, enfatizou Ney José de Freitas, é estabelecer regras para projeto, construção, uso, adaptação e manutenção dos imóveis deste Tribunal, a fim de proporcionar, de modo equitativo, adequadas condições físicas de trabalho e estabelecer prioridades de intervenção, sempre com foco na melhoria do atendimento ao jurisdicionado e em proporcionar condições adequadas de trabalho a juizes e servidores.”

O padrão construtivo, dentro do planejamento, observa o emprego racional dos recursos públicos e proporciona garantias de acessibilidade, ergonomia, funcionalidade e sustentabilidade, além de segurança das instalações, do patrimônio existente nos imóveis e dos cidadãos que utilizam o serviço da Justiça. “As obras também devem manter uniformidade, criando um ambiente de trabalho homogêneo para as unidades judiciárias”, completou o presidente.

Plano prevê construção de 8 novas sedes

De acordo com a Política Institucional Imobiliária do Tribunal do Trabalho da 9ª Região, serão construídas novas unidades judiciárias em Foz do Iguaçu, Palmas, Guarapuava, Ponta Grossa, Toledo, Umuarama e União da Vitória, além do Fórum Trabalhista de Londrina, que já está em construção. No caso dos novos fóruns de Foz de Iguaçu e Ponta Grossa, já estão sendo elaborados os anteprojetos e as obras devem ser licitadas até o final do primeiro trimestre de 2011. Em Umuarama, um acordo com a Prefeitura e o Ministério Público viabilizou o terreno para o novo prédio. Procuram-se terrenos para os fóruns de União da Vitória, Toledo e Guarapuava, que receberão intervenções pontuais até que as novas unidades sejam construídas.

Nas unidades de Colombo e Araçongas, haverá refor-

mas com ampliação. Os projetos para a obra de Colombo serão contratados ainda neste ano. Em Araçongas, as obras começarão em maio. Serão reformadas, sem aumento da área construída, as unidades de Castro, Ivaiporã, Telêmaco Borba, Laranjeiras do Sul, Assis Chateaubriand, Jacarezinho, Irati, Wenceslau Braz, Marechal Cândido Rondon, Rolândia e Apucarana, além dos prédios administrativos da Vicente Machado (nº 147) e do Cajuru, em Curitiba. Haverá intervenções pontuais nas unidades de Pitanga, Nova Esperança, Ibaiti, Palotina, Loanda, Paranaguá, Paranavaí, Cornélio Procópio, Dois Vizinhos, São José dos Pinhais, Jaguariaíva, Rio Negro, Cascavel, Santo Antonio da Platina, Pinhais, Cambé, Porecatu, Araucária, Bandeirantes, Francisco Beltrão e no Fórum de Curitiba.

SEÇÃO DE PROJETOS	MESES/2010											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
ANÁLISE PROJETOS DE FÓRUM TRABALHISTA DE LONDRINA												
INSTR. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PEQ. INTERVENÇÕES												
PROJ. COBERTURA APUCARANA												
INTERVENÇÃO PONTUAL GUARAPUAVA												
COMPLEM. PROJETO PREVENÇÃO DE INCÊNDIO DE MARINGÁ												
PROJETO PREVENÇÃO INCÊNDIO VM 147												
INTERVENÇÃO PONTUAL TOLEDO												
INTERVENÇÃO PONTUAL PITANGA												
INTERVENÇÃO PONTUAL NOVA ESPERANÇA												
INTERVENÇÃO PONTUAL STO. ANTÔNIO DA PLATINA												
INTERVENÇÃO PONTUAL ROLÂNDIA												
INTERVENÇÃO PONTUAL IBAITI												
INTERVENÇÃO PONTUAL UNIÃO DA VITÓRIA												
INTERVENÇÃO PONTUAL PALOTINA												
INTERVENÇÃO PONTUAL LOANDA												
INTERVENÇÃO PONTUAL PARANAGUÁ												
PROJETO CASTRO (REFORMA SEM AMPLIAÇÃO)												
ACOMP. PROJETO ENTRADA DE ENERGIA V. M. 147												
PROJETO TELÊMACO BORBA (REFORMA SEM AMPLIAÇÃO)												
PROJETO V. MACHADO 147 (REFORMA SEM AMPLIAÇÃO)												
PROJETO CAJURU (REFORMA SEM AMPLIAÇÃO)												
ANTEPROJETO PONTA GROSSA (NOVA SEDE)												
ANTEPROJETO FOZ DO IGUAÇU (NOVA SEDE)												
ANTEPROJETO COLOMBO (REFORMA COM AMPLIAÇÃO)												
ANTEPROJETO PALMAS (NOVA SEDE)												
ANTEPROJETO UMUARAMA (REFORMA COM AMPLIAÇÃO)												
ACOMPANHAMENTO PROJETOS PONTA GROSSA												
ACOMPANHAMENTO PROJETOS FOZ DO IGUAÇU												
ACOMPANHAMENTO PROJETO COLOMBO												
SEÇÃO DE PEQUENAS REFORMAS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
INTERVENÇÃO PONTUAL GUARAPUAVA												
INT. PONTUAL TOLEDO												
REFORMA COBERTURA APUCARANA												
INT. PONTUAL PITANGA												
INT. PONTUAL STO. ANTÔNIO DA PLATINA												
INT. PONTUAL NOVA ESPERANÇA												
INT. PONTUAL IBAITI												
INT. PONTUAL ROLÂNDIA												
INT. PONTUAL PALOTINA												
INT. PONTUAL UNIÃO DA VITÓRIA												
INT. PONTUAL LOANDA												
INT. PONTUAL PARANAGUÁ												
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
EXECUÇÃO REFORMA DO CASARÃO												
EXECUÇÃO REFORMA IVAIPORÃ												
EXECUÇÃO CONSTRUÇÃO FÓRUM DE LONDRINA												
REFORMA CIANORTE												
EXECUÇÃO CONSTRUÇÃO PATO BRANCO												
EXECUÇÃO REFORMA ARAPONGAS												
EXECUÇÃO REFORMA CASTRO												
EXECUÇÃO REFORMA TELÊMACO BORBA												

Vara do Trabalho de Campo Mourão tem área maior e garantia de acessibilidade

Campo Mourão - Foram entregues no dia 22 de março as obras de ampliação e reforma da Vara do Trabalho de Campo Mourão. O prédio da Justiça do Trabalho agora tem 817 metros quadrados, com novas salas de audiência e maior espaço para a Secretaria e para o atendimento. A infra-estrutura recebeu várias melhorias, com nova rede elétrica, rede lógica e ar-condicionado. Dentro da política imobiliária do TRT-PR, também foram feitas as adaptações para garantir a acessibilidade às pessoas com dificuldade de locomoção ou outras deficiências.

Entre as melhorias estão ampliações da área de espera, das salas de audiência, da secretaria e dos gabinetes dos juízes, além de criação de mais um gabinete e de local para arquivamento dos processos. A adaptação do edifício às normas de acessibilidade levou à instalação de novos banheiros, um elevador adequado para acesso com

cadeira de rodas e sinalização visual e tátil. A área original era de 785 m², a área reformada é de 735 m² e a nova área total chegou a 817 m².

A grande movimentação de pessoas e a grande quantidade de processos em andamento em Campo Mourão levaram ao aumento das instalações. Estão em trâmite na unidade 4.837 processos, dos quais 2.113 foram protocolados no ano passado; uma média de 176 novas ações a cada mês.

Exemplo - Durante a inauguração, o presidente do Tribunal Regional do Trabalho, desembargador Ney José de Freitas, relembrou em seu discurso o ex-prefeito Milton Luís Pereira, que administrou Campo Mourão na década de 1960 e que depois seria ministro do Superior Tribunal de Justiça. Em 1967, Milton Luís Pereira, ao descer as escadas da Prefeitura, foi saudado por uma multidão e presenteado com um carro, um fusca comprado pelos moradores em sinal de reconhecimento pelo seu



O presidente do TRT-PR, desembargador Ney José de Freitas, e o Prefeito Nelson Tureck durante o descerramento da placa inaugural. Abaixo, foto da fachada.



trabalho. Esse carro, um fusca azul 1967, testemunhou o desembargador, é o que o ministro utiliza até hoje.

O prefeito de Campo Mourão, Nelson Tureck, comentou a importância econômica da cidade e o porte da Cooperativa que reúne grande parte dos seus agricultores, a Coamo, e a necessidade de dar condições ideais aos que procuram a Justiça do Trabalho. O presidente da Coamo, José Haroldo Gallassini, compareceu à cerimônia.

O presidente em exercício da Associação dos Magistrados do Trabalho da Nona Região, juiz Carlos Augusto Penteadó Conte, e o vice-presidente da subseção de Campo Mourão da Ordem dos Advogados do Brasil, Renato Fernandes Silva Júnior, elogiaram as instalações, que trazem mais conforto para as partes e para os advogados, além de melhores condições de trabalho. O juiz titular da Vara do Trabalho de Campo Mourão, Jorge Luiz Soares de Paula, destacou que a obra fez da edificação um modelo em termos de acessibilidade, com sinalização em braille, elevador e outras adaptações.

A Política Imobiliária do Tribunal do Trabalho da Nona Região, enfatizou o desembargador Ney José de Freitas, segue um planejamento meticuloso, baseado em um competente serviço de engenharia e arquitetura. Essas obras atendem à evolução das demandas em cada comunidade, para que sejam sempre entregues no momento adequado.

Ao encerrar, o presidente do TRT-PR homenageou o juiz Jorge Luiz Soares de Paula, pela serenidade com que exerce a magistratura e, com isso, dá tranquilidade aos cidadãos de Campo Mourão. O desembargador Ney José de Freitas também homenageou sua antecessora na presidência do Tribunal, Rosalie Michaele Bacila Batista, que iniciou o processo para a realização da obra que agora foi concluída.

No fim da cerimônia, o presidente revelou uma curiosidade: o autor do Hino de Campo Mourão, Egidio Martello, foi servidor da Justiça do Trabalho. Durante muitos anos atuou na Primeira Vara do Trabalho, em Curitiba.



O juiz do Trabalho de Campo Mourão, Jorge Luiz Soares de Paula; o presidente do TRT-PR, desembargador Ney José de Freitas; o presidente da Coamo, José Haroldo Gallassini; o assessor jurídico da Coamo, Juscelino Fernandes da Costa, e o prefeito Nelson Tureck

▶ Área útil na Vara de Arapongas vai triplicar

A Vara do Trabalho de Arapongas, que tem a maior necessidade de ampliação entre todas as 86 Varas da Justiça do Trabalho do Paraná, terá prioridade na Política Institucional Imobiliária. As obras começarão no mês de maio e

permitirão triplicar o espaço útil. Os 189 m² atuais serão duplicados com a incorporação do pavimento superior, onde no passado havia um apartamento funcional, e serão construídos mais 45,57 m², com o aumento da área do arquivo existente nos fundos do terreno, e incorporação do terreno vizinho, doado pela Prefeitura de Arapongas. A área remanescente será adaptada para servir como estacionamento. Durante o trabalho, que será concluído no fim do mês de outubro, o atendimento ao público será realizado em um espaço adaptado junto à Biblioteca Municipal.

▶ Reformas em Castro, Telêmaco e Ivaiporã

As Varas do Trabalho de Castro e de Telêmaco Borba passarão por reforma ainda neste ano. Os projetos deverão ser concluídos até maio e julho, respectivamente. O início das obras está previsto para o segundo semestre. Em Ivaiporã, os espaços internos estão sendo adequados. Haverá

mudanças nas instalações sanitárias, substituição de pisos e pintura, bem como redimensionamento das redes elétrica e hidráulica, entre outros serviços. Também está sendo feita a adaptação do prédio às normas de acessibilidade. A conclusão está prevista para maio.

▶ Vara de Cianorte está em obras de reforma

Começou em meados de março a reforma da Vara do Trabalho de Cianorte. Como em Araçongas, a obra prevê o aproveitamento do segundo andar, atualmente desocupado, o que possibilitará a ampliação da área de atendi-

mento ao público. A sede contará com duas novas salas de audiência e dois gabinetes na parte superior, enquanto a Secretaria e o atendimento no balcão terão espaço maior no térreo.

A Vara do Trabalho de Cianorte recebe, por ano, entre 2 mil e 2.500 novos processos. Até a conclusão da obra, prevista para o fim de julho, foi necessário deslocar o serviço para outro endereço. O atendimento será feito em um local provisório, na Avenida Brasil, 1.123, no Campus Cianorte da Universidade Paranaense (Unipar).

▶ Fórum de Londrina entra em nova fase de licitação

O TRT da 9ª Região deverá licitar a partir de junho a conclusão da obra do Fórum de Londrina, depois de concluir a análise dos projetos entregues pela empresa Progetto Arquitetura, Engenharia e Construções Ltda. Esses projetos foram solicitados após a constatação de que houve falhas de engenharia no início da construção. A empresa que vencer a nova licitação terá 12 meses para concluir os trabalhos. A inauguração está prevista para o segundo semestre do ano que vem.

As obras já poderiam ter sido concluídas, não fossem as falhas detectadas pela fiscalização do TRT-PR. A construção do Fórum Trabalhista de Londrina começou ao mesmo tempo que o de Maringá, lembra o presidente do Tribunal, desembargador Ney José de Freitas. “O de Maringá está pronto e em uso, mas o de Londrina atrasou e muita gente pergunta a razão, e houve até quem falasse que é uma obra inacabada. O termo não é adequado, pois é uma obra em andamento, que teve o cronograma alterado por medida de segurança”, disse ele em entrevista ao jornal Folha de Londrina.

“Não há obras inacabadas da Justiça do Trabalho do Paraná”, enfatizou o desembargador. – “O TRT é exemplar na administração de suas obras, e é por isso mesmo que a construção do Fórum foi momentaneamente interrompida. No fim de 2007, descobrimos que a empresa que venceu a licitação estava executando uma estrutura diferente do que o projeto especificava e rompemos o contrato. Veio outra construtora,

que fez a cobertura e a maior parte da alvenaria, e então novas falhas foram detectadas. Foi chamada a Quartzolit, que tem alta tecnologia no material que seria necessário para corrigir a estrutura, e os estudos levaram alguns meses, até que a solução fosse encontrada e executada. Não admitimos pagar nem um centavo a mais, pois os erros foram das construtoras. Elas arcaram com o prejuízo e se afastaram, por isso precisamos fazer essa nova licitação, para a última etapa.”

Antes de se afastar, a Construtora Guilherme, segunda colocada na primeira licitação, concordou em concluir a cobertura, para evitar que a chuva danifique a parte que já está pronta, até que a nova licitação seja realizada.

O novo Fórum de Londrina está sendo construído no antigo terreno do IBC, próximo ao Aeroporto. A área nova tem mais de 9 mil m² e ainda há mais de 7 mil m² de reforma. No total, as Varas do Trabalho da maior cidade do Norte do Paraná terão 16,2 mil metros quadrados para atender aos cidadãos com conforto e segurança.

Até que a construção seja concluída, haverá adaptações na sede atual das 7 Varas do Trabalho da cidade. As mudanças dizem respeito principalmente à sinalização de rotas de fuga em caso de incêndio, como solicitou o Corpo de Bombeiros. O prédio, enfatiza o diretor geral do TRT-PR, Eduardo Rocha, é seguro. A rede elétrica, por exemplo, foi reformada recentemente e está em excelente estado. As condições para segurança contra incêndios são tão boas quanto as de qualquer edifício de Londrina com mais de 10 anos, já que as regras atuais são recentes. Aliás, reparou o diretor, as mudanças solicitadas pelos bombeiros mostram que a segurança é alta, pois as únicas alterações a serem feitas são um aumento da sinalização e inversão na acomodação das mangueiras extintoras (que estão como determinado anteriormente pelos próprios bombeiros).

▶ Acordo viabilizará prédio novo para a Vara de Umuarama

Um acordo firmado no dia 23 de março pelo presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, desembargador Ney José de Freitas, com o Ministério Público e a Prefeitura de Umuarama, viabilizou a construção de uma nova sede para a Justiça do Trabalho na cidade. O novo prédio será erguido no terreno ao lado daquele onde a Vara funciona atualmente.

As instalações do Fórum do Trabalho foram construídas em 2005, em um terreno doado pela Prefeitura, e necessitam de ampliação, porém o espaço não comporta um prédio maior. O terreno vizinho, que também pertencia à Prefeitura, havia sido doado para o Ministério Público, que necessita de uma sede própria mas no momento não pode

viabilizar a construção. Pelo acordo, esse segundo terreno retornará para a Prefeitura e será em seguida doado para a Justiça do Trabalho, que construirá uma sede maior e, em seguida, repassará para o Ministério Público o prédio que abriga a Vara do Trabalho. Assim, a Justiça fica com um imóvel maior, que atende às necessidades dos cidadãos que a procuram, e o Ministério Público recebe um prédio pronto, com as dimensões satisfatórias para sua atividade.

Para o presidente do TRT-PR, desembargador Ney José de Freitas, o acordo foi altamente satisfatório. Assim que o prefeito baixar o decreto reincorporando o terreno vago ao patrimônio da Prefeitura, imediatamente será provocado um projeto de lei que o transferirá para o Tribunal, descreveu o presidente. - "Isso permitirá iniciar os projetos para começar a construir. A Justiça do Trabalho recebe um novo imóvel, para se expandir, e só precisará liberar o prédio atual no final da construção." Ney José de Freitas destacou que a medida solucionará as necessidades da Justiça trabalhista na cidade a longo prazo, pois o imóvel, no centro de Umuarama, acomodará não só as duas varas atuais, mas, no futuro, se necessário, pelo menos outras duas que eventualmente sejam criadas.



Acima, foto do prédio sede do Fórum Trabalhista de Umuarama. Abaixo, vista parcial do terreno no qual será construída a nova sede

Eleita a nova Diretoria da Amatra IX

Foram eleitos no dia 5 de março os novos integrantes da Diretoria Executiva e dos Conselhos Fiscal e de Representantes da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região, para o biênio 2010-2012. Também para a Escola dos Magistrados do Trabalho foram escolhidos os representantes dos desembargadores, juízes titulares e substitutos junto ao Conselho Executivo da Escola.

Nos próximos dois anos, a Amatra IX terá a seguinte Diretoria Executiva:

Presidente - Carlos Augusto Penteado Conte;

Vice-Presidente - Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira;

Diretor Administrativo - Valéria Rodrigues Franco da Rocha;

Diretor Financeiro - Graziella Carola Orgis;

Diretor de Prerrogativas e Reivindicações - Sérgio Guimarães Sampaio;

Diretor Cultural - Paulo Henrique Kretzschmar e Conti;

Diretor de Relações Externas e Imprensa - Odete Grasselli;

Diretor Social e de Esportes - Sandra Mara Flügel Assad;

Diretor de Informática - Daniel Corrêa Polak;

Diretor de Assistência Social - Sandra Cristina Zanoni Cembraneli Correia.

Para o Conselho Fiscal foram eleitos: Neide Alves dos Santos, Carlos Martins Kaminski; Ronaldo Piazzalunga e Everton Gonçalves Dutra (suplente). O Conselho de Representantes junto às sub-regiões terá os magistrados Edmilson Antônio de Lima, Marli Gonçalves Valeiko e Marlos Augusto Melek (1ª sub-região); Silvio Claudio Bueno (2ª sub-região); José

Vinicius de Sousa Rocha (3ª sub-região); Neide Akiko Fugivala Pedroso (4ª sub-região); Sandra Mara de Oliveira Dias (5ª sub-região); Márcia Frazão da Silva e os magistrados aposentados Nacif Alcure Neto e Sandra Maria da Costa Ressel (suplente) na 6ª sub-região. No Conselho Executivo da Ematra-PR atuam como representantes: dos Desembargadores, Célio Horst Waldruff; dos Juízes Titulares, Cassio Colombo Filho e dos Juízes Substitutos, Vanessa Karam de Chueiri Sanches. Na direção da Ematra IX o juiz do trabalho Paulo Henrique K. e Conti.

Rossana Tuoto



Gisele Brisk
Graziella Carola Orgis, Carlos Augusto Penteado Conte, Valéria Rodrigues Franco da Rocha, Odete Grasselli e Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira

5ª Vara de Curitiba e 4ª Vara de Maringá estão entre as que atingiram a Meta 2

A 5ª Vara do Trabalho de Curitiba e a 4ª Vara do Trabalho de Maringá, acidentalmente omitidas na relação publicada no Nona de fevereiro, estão entre as 52 que atingiram a Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça. A Administração do Tribunal estende a seus juízes e servidores, portanto, as congratulações pelo resultado obtido. Na 5ª Vara é titular a juíza Gesyra Medeiros da Hora e a direção de secretaria é realizada por Lucimeri Fátima Klein de Castilho Ribas. Na 4ª Vara, o juiz titular é Paulo Cordeiro de Mendonça e a diretora de secretaria Simone Maciel Fernandes, que mencionaram o esforço conjunto de toda a equipe de servidores.

As duas Varas atingiram a Meta de número 2 referente ao 1º grau – “Identificar e julgar todos os processos judiciais distribuídos (em 1º, 2º grau ou tribunais superiores) até 31/12/2005” estabelecida pelos Tribunais brasileiros durante o II Encontro Nacional do Judiciário, conforme os certificados recebidos.



Curitiba será sede da reunião ordinária do Colégio dos Presidentes e Corregedores

O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná será sede, nos dias 17 e 18 de junho, de reunião do Colégio de Presidentes e Corregedores de TRTs (Coleprec). Para o presidente do TRT-PR, desembargador Ney José de Freitas, a escolha do Regional paranaense como sede de

uma das reuniões, que ocorrem mensalmente e na maioria das vezes em Brasília, "honra a Instituição, pois nessas reuniões são discutidos temas importantes relacionados à Justiça do Trabalho e compartilhadas experiências que nortearão as administrações dos tribunais".

Jurista Manoel Teixeira Filho abre tarde de autógrafos na Escola Judicial do TRT

Uma palestra do jurista Manoel Antonio Teixeira Filho, sobre "Aspectos Controvertidos da Lei 12.016/2009", antecedeu o lançamento conjunto de obras jurídicas, em sua maioria de juízes do Tribunal do Trabalho do Paraná, no início de março, no auditório da Escola Judicial do TRT-PR. O encontro foi organizado pela Escola, Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná e LTr Editora.

O professor reportou-se a alguns dos pontos polêmicos da nova lei do Mandado de Segurança (tanto individual como coletivo), em vigor desde o dia 7 de agosto do ano passado. Sua análise e interpretação recaíram, principalmente, sobre as implicações da lei frente aos princípios que norteiam o direito processual do trabalho.

ADEQUAÇÃO - "A exigência de caução, fiança ou depósito para concessão de medida liminar em mandado de segurança é inconstitucional e, se assim não fosse, seria incompatível com o processo do trabalho", destacou o advogado e juiz aposentado do TRT da 9ª Região Manoel Antonio Teixeira Filho, enfatizando a necessidade de adequar-se a lei processual civil aos princípios que norteiam o direito processual do trabalho, em referência a um dos pontos polêmicos da lei (inciso III, do art. 7º), que dispõe: "Ao despachar a inicial, o juiz ordenará: (...) III – que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica". Condicionar a concessão da liminar em mandado de segurança a quem puder fazer o depósito, disse ele, implicaria em afronta ao princípio pleno do direito de ação.

Atendo-se aos pontos controvertidos da nova lei, o jurista referiu-se também ao art. 5º, em seu inciso II – "Não se concederá mandado de segurança quando se tratar: (...) – de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo", en-



O palestrante Manoel Antonio Teixeira Filho

fatizando que "no processo do trabalho devemos continuar a nos nortear pelo enunciado 267 da súmula do STF", segundo o qual "não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição".

As obras lançadas na sequência da palestra trouxeram mais reflexões à comunidade jurídica – "Execução Trabalhista", em sua 2ª edição, sob a coordenação do juiz do trabalho José Aparecido dos Santos; "O Direito Derivado da Tecnologia – Circunstâncias coletivas e individuais no Direito do Trabalho", da juíza do trabalho Odete Grasselli; "Manual da Audiência na Justiça do Trabalho", do palestrante, Manoel Antonio Teixeira Filho e "Curso de Processo do Trabalho", sob a organização do magistrado Luciano Athayde Chaves, presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, com colaborações dos juízes do TRT da 9ª Região José Aparecido dos Santos e Reginaldo Melhado.

Rossana Tuoto

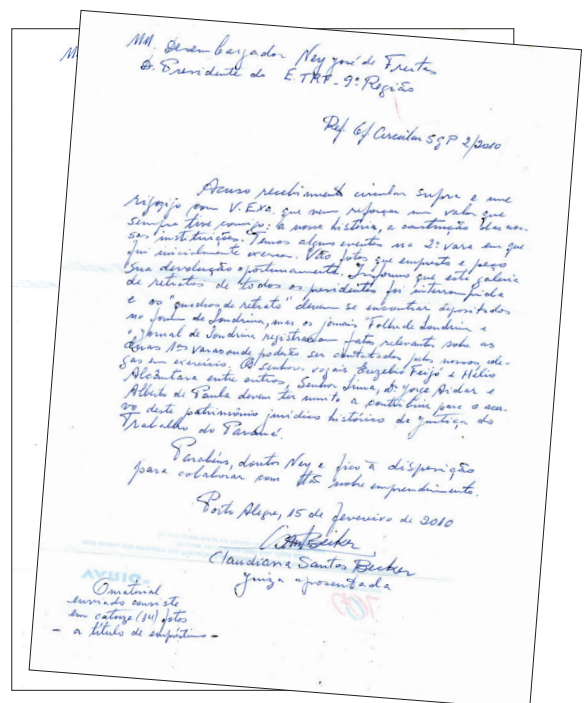
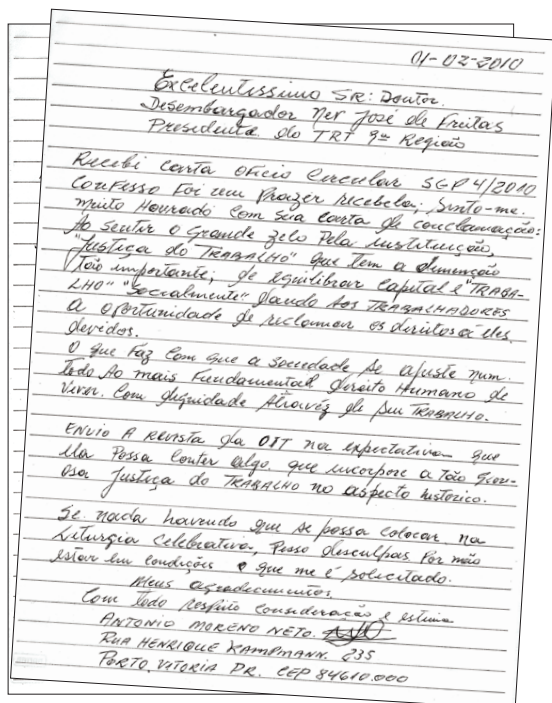
Centro de Memória será inaugurado em junho, durante reunião do Coleprecor

O Centro de Memória do TRT-PR, no prédio histórico em que está instalado o Tribunal, será inaugurado no dia 17 de junho, durante a reunião do Coleprecor. Trata-se do principal ambiente do Projeto Memória, o local onde serão exibidos objetos, fotos, autos de processos, mobília e outros itens de valor para a história da Justiça do Trabalho paranaense.

A coordenadora do Arquivo do TRT, Neide Spíndola, designou o mobiliário principal, que está sendo restaurado para voltar ao uso como peça de museu.

Gravações - Na programação do Projeto Memória, prossegue a gravação de entrevistas dos magistrados que ocuparam a Presidência do Tribunal da 9ª Região. O depoimento mais recente é o do ministro aposentado Luiz José Guimarães Falcão, primeiro vice-presidente e segundo presidente do TRT-PR, que, mais tarde, viria a ser presidente do TST.

O Projeto Memória vem recebendo sugestões e manifestações de apoio, como as reproduzidas abaixo, escritas a mão por Antonio Moreno Neto, de Porto Vitória, e pela juíza Claudiana Santos Becker, de Porto Alegre.



E-gestão é remodelado para atender CNJ

O e-Gestão (Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho), concebido inicialmente para atender às necessidades da corregedoria, está sendo remodelado para servir como ferramenta de gerenciamento e planejamento do TRT da 9ª Região. O sistema foi formulado para proporcionar um minucioso diagnóstico da atividade jurisdicional e uma completa avaliação da estrutura funcional e organizacional. Possibilita aos administradores de primeiro grau uma visão de suas unidades e subsídios para as futuras decisões, e aos gestores administrativos um mapa completo das unidades judiciárias e administrativas, que permite adotar procedimentos para a lotação de servidores e ma-

gistrados, por exemplo, assim como criação ou extinção de varas do trabalho e postos de atendimento.

As mudanças permitirão que o acesso às informações seja obtido de forma mais objetiva, sem que o usuário precise percorrer diversas telas até chegar àquela de que necessita. A principal novidade no entanto, é que as informações a partir de agora também estarão alinhadas com as metas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Os dados coletados, que são homologados pelas varas do trabalho, pelo Tribunal Superior do Trabalho e posteriormente pelo CNJ, permitem ao tribunal ter indicadores coerentes com o planejamento estratégico, além de conferir transparência.